

Aprovados os direitos e garantias

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Por 377 votos contra 56 e duas abstenções, o plenário da Constituinte aprovou, ontem à noite, o substitutivo do Centrão para o Capítulo I do Título II do projeto de Constituição, referente aos direitos individuais e coletivos, sem prejuízo dos destaques. Ou seja: as questões mais polêmicas já foram pinçadas, transformadas em destaques, e serão votadas uma a uma, em separado.

A votação ocorreu com base em acordo de lideranças, anunciado em plenário pelo líder do PMDB, Mário Covas. Das 27 reivindicações do seu grupo, disse ele, o Centrão acolheu 22, ficando as outras cinco para decisão em plenário. Apesar do acordo, a votação do Artigo 6º do projeto e seus 60 parágrafos (referente aos direitos individuais e coletivos) promete ser demorada, porque alguns partidos e constituintes, individualmente, fazem questão de que os seus destaques sejam votados para "marcar posição". Foi o que ocorreu, por exemplo, com o próprio caput do Artigo 6º. Havia acordo para fundir o texto do projeto da Comissão de Sistematização — que apenas diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza — com o do substitutivo do Centrão, pelo qual se assegura o direito à liberdade, à vida e à propriedade. Mas foi colocado em votação um destaque pedido pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), visando manter apenas o texto da Sistematização. Mário Covas declarou-se favorável, mas orientou sua bancada para votar "não". O destaque foi rejeitado por 319 votos contra 115 e quatro abstenções. A esquerda do PMDB visivelmente não acompanhou o líder, preferindo ficar com o PT, PDT, PCB, PC do B e PSB.

O líder do Partido Comunista, Roberto Freire, disse que a Constituinte vive "um momento muito especial", pois é precisamente no Título II que será possível imaginar até onde os acordos poderão ser realizados e quais os pontos em que, sendo eles inviáveis, haverá um inevitável confronto. Freire lembrou que, em alguns pontos importantes, tem havido acordos, ainda que parciais, o que não deixa de ser positivo. O líder do PC do B, Haroldo Lima, no entanto, condenou a emenda do Centrão por "nivelar os direitos à vida e à propriedade", al-

go que considerou inaceitável, não só do ponto de vista ideológico mas "também à luz da razão". A observação foi causada pela intervenção do líder do PDS, deputado Amaral Netto, que voltou a defender a pena de morte, trazendo ao debate novos argumentos, entre eles a redução dos homicídios violentos em 20%, nos Estados Unidos, depois que 37 dos seus 50 Estados optaram por manter ou introduzir nas respectivas Constituições aquele preceito. Amaral nivelou a pena de morte a um "ato de justiça divina", na medida em que defende a sociedade como um todo e os inocentes em particular, negando o argumento segundo o qual o seu caráter intimidatório não existe, na prática.

Mas os destaques serão votados hoje

A Constituinte continua hoje a votação dos 132 destaques ao Capítulo I do Título II, que trata dos direitos individuais e coletivos.

Ontem foi aprovado o Artigo 6º, que diz: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

"Parágrafo 1º — Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude da lei".

"Parágrafo 2º — A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais".

A emenda Matheus Iensen, rejeitada, pretendia alterar o Parágrafo 2º, para proibir explicitamente o aborto.

No prosseguimento da votação, hoje — caso o sistema eletrônico funcione, como comentou ironicamente um parlamentar —, serão apreciados os primeiros dos 132 destaques que foram pinçados do projeto original do Centrão, aprovado em bloco ontem, para votação em separado. Se todos forem votados, avaliam alguns constituintes, vão consumir mais de duas semanas de discussão. O mais provável, no entanto, é que muitos dos seus autores, percebendo isso, desistam dos seus destaques, apressando o desenvolvimento dos trabalhos.

Gastone Righi, líder do PTB, argumentou a seguir que a circunstância de um preceito constitucional dar guarida a diferentes direitos "não significa que entre eles não exista uma hierarquia", e acusou as esquerdas de insistirem no propósito de "socializar a sociedade pela via constitucional". Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, insistiu na condenação aos setores conservadores da Constituinte, "representados no Centrão", notando que, na prática, "o que se está vendo é o braço do empresariado, através daquele grupo suprapartidário, investir contra discretas conquistas da classe trabalhadora" obtidas na fase em que o projeto era apreciado pela Comissão de Sistematização. E fez uma advertência: isso em nada contribuirá para um relacionamento harmônico entre os segmentos da produção.

A proibição do aborto e sua punição como crime inafiançável não constarão do texto da futura Constituição; o plenário rejeitou emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) por 310 votos contra 93 e duas abstenções. Essa foi a quarta votação de ontem e a única em que os partidos não precisaram fazer acordo, prevalecendo a opinião pessoal de cada um dos constituintes. A votação foi orientada pelo voto do relator-geral, Bernardo Cabral, que considerou ser o aborto questão a ser tratada pela lei ordinária, através do Código Penal.

ATRASO E PANE

O início da votação, que já estava atrasado, foi retardado mais ainda devido a novos problemas no sistema eletrônico, que já entrara em pane na sexta-feira. Na primeira votação, pouco depois das 18 horas, o painel registrou apenas 219 votos, a metade dos constituintes presentes. Filas de parlamentares se levantaram para votar nos quatro terminais instalados à frente do plenário. Ulysses Guimarães acabou anulando a votação, e o plenário teve de esperar mais de meia hora até que os técnicos resolvessem o problema.

A certa altura, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), defensora da reserva de mercado na área da informática, dirigiu-se ao microfone e pediu que Ulysses informasse se o computador é nacional ou estrangeiro. Depois de hesitar um pouco, Ulysses confirmou que ele é estrangeiro. "Obrigada, presidente — sorriu a deputada — porque alguns colegas já estavam querendo por a culpa na indústria nacional."



Alencar Monteiro — 12/88

Pane no sistema eletrônico atrasou a votação

Agora Ulysses exige sessões aos sábados

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

No aniversário da Assembléia Nacional Constituinte, comemorado ontem, o seu presidente, Ulysses Guimarães, prometeu impor um ritmo acelerado ao processo de votação do texto constitucional, convocando sessões de votação também nos finais de semana. A adoção da medida vai depender de acordo com as lideranças partidárias, que inicialmente se mostraram contrárias à iniciativa, e do andamento das votações esta semana. Ulysses Guimarães teme que a falta de quórum impossibilite um trabalho dinâmico no plenário.

"Havendo quórum haverá condições de serenidade nas votações e a nossa meta poderá ser atingida", disse o presidente da Constituinte, referindo-se ao objetivo de, em dois meses, o plenário ter votado todo a Constituição. Para Ulysses Guimarães, o sistema adotado de reuniões prévias com as lideranças e reuniões individuais entre os grupos e líderes de partidos diariamente tem surtido o efeito desejado, com a conquista de acordos que facilitam o processo de votação em plenário. "Nós verificamos isso no preâmbulo e no Título I.

Por isso, estou esperançoso que no Título II, o mais difícil, também consigamos o mesmo, já que os pontos polêmicos foram reduzidos a meia dúzia", explicou.

Com a experiência adquirida em um ano de Constituinte, Ulysses diz que estuda atualmente outros mecanismos para diminuir o número de destaques e emendas solicitadas, dando mais rapidez aos trabalhos. "A coisa está andando", disse o presidente da Constituinte, explicando que desde a instalação da Assembléia estão ocorrendo várias formas de trabalho e participação. "A Constituinte está procurando, também, resolver o problema da qualidade do texto", disse Ulysses, lembrando Joaquim Nabuco ao citar que "o tempo não perdoa o que não se faz sem ele".

Para Ulysses, a Constituição será "respeitável e digna", em função do esforço que tem sido feito neste sentido. "Basta citar que em um ano foram apresentadas 50 mil emendas, fora aquelas de iniciativa popular que representaram milhões de assinaturas. Pelo levantamento que eu tenho, foram feitas 700 sessões até o momento, incluindo os trabalhos das comissões e as plenárias."

SEMANA BRASÍLIA
Novidade: pela primeira vez a

Constituinte votou em plenário na segunda-feira. A chamada "Semana Brasília", que começa na terça e termina na quinta, pode estar acabando? As lideranças estão otimistas. Houve ameaças, o deputado Octávio Elísio forçou o multipresidente Ulysses Guimarães a divulgar uma lista dos ausentes, e, finalmente, a votação começou às 17 horas.

O deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), um dos líderes do Centrão, disse que houve convocação, um empenho do seu grupo em trazer os deputados para votar ontem. "Quem faz obstrução nos trabalhos é o PT, o PDT e o PC do B, que combinam as coisas de um jeito e fazem de outro", garantiu. "Eu mobilizei todo o Centrão, tenho aqui um boletim que controla de meia em meia hora", acrescentou o chamado "matemático do Centrão".

Dasso Coimbra esclareceu que mobilizou todo o Centrão através de telefonemas: "É só correr os andares, a gente fica no telefone, são dezenas de secretárias pedindo para se votar. Não temos aviões, como chegaram a dizer. Quem tem aviões são as lideranças do governo que pegaram assinaturas pelos cinco anos para o presidente José Sarney".

Esquerda dividida dá vantagem ao Centrão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os partidos de esquerda se dividiram e ontem, pela primeira vez, o PDT decidiu se unir ao PMDB e ao Centrão para votar alguns parágrafos do artigo que trata dos direitos individuais e coletivos. Diversas reuniões foram realizadas durante o dia entre o Centrão, o Centrão, o MUP e os partidos de esquerda. E a cada encontro, avançavam em alguns pontos.

Pouco antes do início das votações ficou constatado o racha nas esquerdas, já que o PDT resolveu apoiar a negociação para a aprovação dos 60 parágrafos do Capítulo I do Título II. Até o parágrafo 8, as negociações garantiam que tudo correria bem. Ficou acertado que seria aprovado o texto do Centrão, ressaltados os destaques.

Há controvérsias em relação ao direito à propriedade. O Centrão quer que o dispositivo seja um direito inviolável como o direito à vida. Para o deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, a comparação é inadmissível. Outra polêmica ocorreu na questão da desapropriação

da propriedade privada. A proposta do Centrão é que a indenização seja feita previamente e em dinheiro e as esquerdas só aceitaram que ela seja paga com títulos da dívida agrária.

No parágrafo que trata dos crimes inafiançáveis também há divergências. Para o Centrão, o ideal é que sejam dados tratamentos diferenciados, em dois parágrafos, para os crimes do tipo tortura e terrorismo e para os de tráfico de drogas. Já os deputados de esquerda não aceitam que terrorismo e tortura sejam iguados.

Ainda há muitas discussões sobre o parágrafo referente ao mandato de segurança coletivo. Neste, o Centrão está sozinho, já que é totalmente contra o dispositivo, alegando que o mandato é um direito individual e que muitas entidades poderiam usá-lo para tratar de questões que não seriam de total acordo de seus associados. A inovação, proposta pelo líder do PMDB, Mário Covas, será definida no voto. Entre os pontos em que houve acordo estão os que tratam da inviolabilidade da correspondência, da censura, do político e direito dos religiosos de maneira geral e não apenas dos nascidos no Brasil.

Deve sair amanhã CPI da corrupção

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A CPI do Senado que vai investigar corrupção e irregularidades administrativas no Poder Executivo deve ser instalada amanhã. Hoje, o Senado deve ampliar o número de integrantes da CPI de nove para 11, com a inclusão dos senadores Afonso Camargo (PTB/PR) e Itamar Franco (MG). Ainda esta semana, a CPI, que tem os senadores José Inácio (PMDB) como presidente e Carlos Chiarelli (PFL) como relator, deve definir seu roteiro e tomar os primeiros depoimentos, entre eles o do ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, a partir da semana que vem.

Enquanto a CPI não for instalada, algumas providências sobre a corrupção vão sendo adotadas por alguns parlamentares. Ontem, por exemplo, o deputado Denisar Arnelos (PMDB/RJ) enviou telegrama ao ex-superintendente do Inamps, no Rio de Janeiro, João Carlos Serra, solicitando-lhe que revele o "nome do deputado corrupto que para eleger-se precisa da Previdência Social".

O telegrama foi enviado devido à entrevista que o ex-superintendente do Inamps deu ao Estado, publicada domingo, na qual ele conta que um deputado do PMDB fluminense pediu-lhe que apressasse a compra de aparelhamentos médicos, no valor de um milhão de dólares, porque tinha uma firma no "esquema" e ia receber 10% para a sua campanha eleitoral.

Brossard desafia d. Luciano

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, declarou ontem que "um homem da responsabilidade de d. Luciano não pode ficar em generalidades" ao falar em corrupção. "D. Luciano deve indicar os nomes e as circunstâncias. Dessa maneira, prestará um relevante serviço ao governo, ao País e à Igreja", disse ele, desafiando o presidente da CNBB a formular, "se tiver", denúncias envolvendo o Ministério da Justiça, mas prometendo, neste caso, que elas serão "imediatamente apuradas".

De outro lado, os deputados Euclides Scalco, do PMDB, e Plínio de Arruda Sampaio, do PT, pediram a transcrição da nota da CNBB nos anais da Assembléia Nacional Constituinte. Da nota também se ocuparam o líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Mansueto de Lavoura (PMDB-PE) e o líder do PDC, deputado Siqueira Campos.

Solidário com a nota da CNBB, Plínio de Arruda Sampaio lembrou que a entidade congrega todos os preladados da Igreja no Brasil e se ajusta à linha de reformas e transformações sociais pelas quais anseia a maioria da população.

Parlamentarismo é a única saída, diz Richa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Quando não se tem um nome de expressão para presidente, que possa ser confiável, bom de voto e competente, que venha a ser opção para o momento de crise, surge um grande argumento para que as lideranças partidárias e comunitárias meditem sobre a implantação do parlamentarismo no Brasil." A opinião é de um forte defensor de um novo sistema de governo para o País, o senador José Richa (PMDB-PR), esperançoso de que no momento da votação da matéria no plenário da Constituinte os parlamentares "ousem fazer mudanças, implantando um sistema capaz de ser instrumento de desenvolvimento da Nação".

Richa diz que sua preferência pelo parlamentarismo se baseia em exemplos de países da Europa e Ásia que adotaram o sistema com sucesso e conquistaram a estabilidade político-administrativa. Lembra algumas restrições que lhe são feitas, no que se refere, por exemplo, às constantes trocas de gabinete, e cita a Itália que, segundo ele, em 40 anos de parlamentarismo sofreu a queda de 60 gabinetes, mas nem por isso deixou de ser 4ª potência mundial. O senador acrescenta que o sistema parlamentarista é mais flexível e se adapta às peculiaridades do governo e da população de cada país, enquanto o presidencialismo, a seu ver, é inflexível.

Signatário e dono de um voto para a emenda parlamentarista do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), ele explica que, segundo o texto que espera ver aprovado,



Alencar Monteiro

José Richa

o presidente comanda a política externa, é guardião de questões estratégicas, como é o caso das Forças Armadas, e intermedia a formação do gabinete, podendo dissolver o Parlamento e destituir o gabinete. "Com a emenda de Egídio, criamos um modelo próprio de parlamentarismo, dando mais poderes ao presidente, mas dividindo as funções com o Legislativo, para que sejam melhor administradas", lembra o senador, alertando que a emenda possui 348 assinaturas que espera ver transformadas em votos, quando de sua análise em plenário.

Richa acredita, ainda, que o parlamentarismo levará à formação de partidos fortes e representativos que possam gerenciar a administração do País. "O presidencialismo sufoca os partidos e os partidos fortalecidos, a meu ver, constituem causa e efeito do parlamentarismo", afirma o senador.

Um "abraço" para pressionar constituintes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O povo está atento aos trabalhos de elaboração da nova Constituição e cobrará resultados satisfatórios. Demonstrar essa disposição é o que pretendem os organizadores do "abraço" à Constituinte, que será promovido às 16 horas de quinta-feira. O deputado Paulo Delgado (PT-MG), um dos articuladores, explicou ontem que a manifestação foi inspirada no "abraço" à lagoa realizado pelo Partido Verde no Rio de Janeiro. Centenas de pessoas circundaram a lagoa Rodrigo de Freitas em protesto contra o descaço das autoridades estaduais em relação ao local.

"Como o Congresso tem sua po-dridão, decidimos fazer algo semelhante ao ocorrido no Rio", disse Delgado, explicando que serão necessários pelo menos mil e 200 participantes para abraçar o prédio do Congresso. O número, segundo ele, já está garantido apenas com as delegações do Rio, São Paulo, Minas e Goiás. O "abraço" à Constituinte será um ato cívico de protesto e não haverá outra programação além dele. Coordenada pela CUT, CGT e partidos políticos, a manifestação será promovida em nome da Frente Nacional de Entidades Democráticas. E seu objetivo, de acordo com Paulo Delgado, é "mostrar à Constituinte, nesse início de votação, que o povo está atento, acompanha todas as votações e, se entender que o produto final não corresponde aos seus anseios, não tem por que catá-lo".

Napoleão reintegra cassados

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Educação, Hugo Napoleão, reintegrou hoje ao quadro do Ministério e ao das universidades federais 33 professores cassados após o golpe militar de 64. O objetivo de Napoleão, que como senador votou a favor da emenda constitucional que determinou a revogação dos atos de exceção e da Lei da Anistia, é reintegrar todos os professores punidos durante o período militar.

Coube à Fundação Unversidade de Brasília o maior número de

professores beneficiados com o prosseguimento desta política de reintegração: 18. Segue-se a Fundação Universidade do Rio Grande, Universidade Federal do Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lincoln Allison Pope é o 33º anistiado e possui vínculo empregatício com a delegacia do Ministério da Educação no Rio de Janeiro.

Outros 70 professores cassados, cujos processos de reintegração estão sendo analisados pelo departamento do pessoal da Pasta, serão incluídos na listagem do MEC.